

CAPÍTULO I AS DUAS CISÕES DA CRISTANDADE

Todos vós sois peregrinos e levais convosco Deus, e o templo, e Cristo, e a santidade.
Inácio, Ep. Aos Efésios

Por mais de quatro séculos o Protestantismo e o Romanismo têm florescido lado a lado, cada qual professando ser expoente legítimo dos ensinamentos de Cristo e depositário de sua encarnação, ressurreição e propiciação. A controvérsia que se tem travado entre eles é a disputa religiosa mais importante e de maior projeção que jamais se ergueu dentro das fronteiras da Cristandade, desde as discussões em que se empenharam os grupos judaico e gentílico do Cristianismo. A controvérsia em apreço tem sido mais constante do que as lutas da antiga Igreja em torno da Divindade de Cristo e de sua Pessoa; tem ido mais longe do que as cruzadas, que, por duzentos anos, dissiparam as energias vitais da Europa. Em certas ocasiões, tem-se ela conduzido tão veementemente como o conflito entre o papa e o imperador, conflito esse que encheu a maior parte da Idade Média. Qualquer entendimento entre os dois sistemas parece não estar mais próximo hoje do que o estava há quatro séculos, embora se tenha asserenado o ardor de ambos os partidos. Os interesses da verdade exigem que as divergências e os pontos de contato sejam definitivamente definidos com simplicidade na esperança de que os erros sejam abandonados e a verdadeira religião, como veio de Cristo e foi preservada pelos Apóstolos, seja ensinada e crida. Todos concordam em que o próprio Cristo é o expoente do Cristianismo e que, na medida em que Ele seja exaltado, prevalecerá a verdadeira religião. Em terreno algum as amarguras de espírito e a aspereza dos impulsos são mais lastimáveis do que quando se discutem as diferenças religiosas; e em parte alguma pode ser mais adequado o uso da tolerância na definição da verdade, do que quando se confrontam os dois sistemas do Cristianismo Ocidental. Mais justificável se torna a comparação, quando cordialmente se reconhece que tem existido em ambos os grupos, Protestante e Católico Romano, elevada piedade, e quando o objetivo é por em relevo seus pontos de concordância.

§ 1. A cisão greco-romana. - Dos dois cismas radicais do mundo cristão, o que se deu entre a Igreja Oriental e a Igreja Latina antedata de sete séculos a Reforma Protestante, tendo sido praticamente consumada em 867. Muito antes dessa data, os fatores determinantes da divisão já se encontravam em campo. Constantinopla e Roma era centros rivais de influência e autoridade cristã, desde que a cidade do Bósforo fora erigida por Constantino em capital do Império Romano. Roma, a velha capital, residência do bispo romano, encontrara certa compensação pela perda da prerrogativa de ser a sede de residência do Imperador e do Senado, na conversão dos vigorosos povos celtas e germânicos do Norte e do Oeste da Europa e na submissão deles à sua jurisdição espiritual; mas estava pouco inclinada a conceder à nova capital do Império Romano, estabelecida por Constantino, autoridade espiritual igual à sua. A importância da Nova Roma, como centro eclesiástico, ficou demonstrada pela reunião, dentro de seus muros ou em suas vizinhanças, dos primeiros sete Concílios Ecumênicos, de 325 a 787. Violentas controvérsias tiveram lugar, antes de ocorrer a cisão, entre os dois centros eclesiásticos, sobre o culto de imagens e sobre a questão de ter Cristo duas vontades ou apenas uma – questões afinal decididas em favor do ponto de vista em que se colocara Roma. Pela teoria vigente ao findar do IV século, o sistema patriarcal de governo da Igreja estava em plena força, dividindo-se o

mundo cristão em cinco jurisdições. As igrejas do Oriente encaravam os cinco patriarcas estabelecidos em Roma, Antioquia, Alexandria, Jerusalém e Constantinopla como detentores de igual autoridade, sendo cada um supremo em seu próprio território jurisdicional. O bispo de Roma, desprezando esse conceito e tendo-o como filho de orgulho inaudito, declarou pertencer-lhe, por intervenção divina, o primado da Igreja universal. Essa usurpação da autoridade conduziu ao cisma do mundo cristão. Finalmente, o pontífice romano, Nicolau, aventurando-se a tomar conhecimento de assuntos eclesiásticos afetos à Roma oriental, sua competidora, e a decidir quem fosse seu patriarca legítimo, excomungou o patriarca Photius e Photius a seu turno excomungou a Nicolau – iguais expulsando a iguais, como os gregos haviam proclamado. Durante as Cruzadas a brecha ainda mais se alargou. Tornaram-se infrutíferas as tentativas formalmente feitas, nos Concílios de Lion, 1274, e de Ferrara, 1439, no sentido de unir as duas partes. A brecha ainda continua aberta. A partir da guerra de 1914, os pontífices romanos têm tido gestos amigáveis, chamando a Igreja Grega à obediência papal. Em uma encíclica – 5 de agosto de 1921 – Bento XV pede auxílio em favor dos russos, declarando-os “nossos filhos distantes que, embora separados de nós por barreiras que longos séculos ergueram, estão todos tanto mais perto de nosso coração paternal, quanto maior é o seu infortúnio”. Em 1918 foi estabelecido em Roma um Colégio de línguas e ritos orientais, com o declarado propósito de levar as igrejas gregas à aceitação da liturgia ocidental; e em 1920 uma prova de amizade se deu, quando o prelado oriental, Ephraem de Edessa, foi colocado por Bento XV ao lado de Crisóstomo, Agostinho e Tomaz de Aquino, como um dos doutores da igreja.

§ 2. A cisão da Cristandade Ocidental. – Se o cisma eclesiástico que ocorreu no século XVI for contrastado com a primeira divisão entre Leste e Oeste, verificar-se-á que eles pouco têm em comum, a não ser o fato de serem cisões da Cristandade. Diferem em origem, em abrangência geográfica, e nas divergências doutrinárias e rituais que lhes deram começo. A divisão entre o Leste e o Oeste se fez por uma questão de jurisdição eclesiástica e foi alimentada pela rivalidade municipal entre a Roma sobre o Tibre e a Nova Roma sobre o Bósforo. A divisão do século XVI foi devida às ostensivas corrupções de doutrina, rito e prática que se tinham introduzido na Igreja Ocidental. Durante séculos o Cristianismo grego foi tratado como cisma, embora também tenha sido definido como heresia por Leão X, em 1520. O protestantismo, desde o começo, foi condenado como heresia e igualmente como cisma. O cisma grego desenvolveu-se através de longa série de conflitos entre os bispos romanos e os imperadores bizantinos. A heresia protestante teve origem súbita e não relacionada com discórdias políticas. As igrejas romana e grega têm-se mantido separadas por limites geográficos definidos: o Romanismo e o Protestantismo têm vivido lado a lado, no mesmo território, separando povos que falam as mesmas línguas. A superior importância da denúncia protestante se patenteia nas transformações intelectuais e políticas que tiveram lugar na Europa Ocidental e na América, assim como se mostra na mudança notável operada nas esferas do governo civil e das instituições sociais que se desenvolveram naquelas regiões. Em ambas as divisões, a causa propulsora e imediata de separação foi a presunção da “grande metrópole e sé de Roma”, querendo ser a sede do supremo domínio temporal de toda a Cristandade.

§ 3. Os nomes “Romanista” e “Protestante”. – O uso do termo “Romanista”, aplicado aos Católicos Romanos, não implica em calúnia; o nome “Protestante” representa uma elevada herança. A palavra “Cristão”, usada pela primeira vez em Antioquia – Atos

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

11:26 – é reivindicada por ambas as comunhões e pertence a ambas. Designa aquilo que elas têm em comum. Cristo é o autor de sua religião e Cristo é o fundamento de sua confiança. Os outros nomes, aplicados no Novo Testamento aos seguidores de Cristo, foram sendo gradualmente abandonados: - discípulos, crentes, santos, irmãos e amigos; nos primeiros anos do segundo século, “Cristãos” era o termo usado por Tácito, ao descrever a perseguição de Nero. Plínio dele usou em sua carta ao imperador Trajano – e o edito de Trajano considera crime capital ser alguém um “cristão.” O vocábulo foi também usado certo número de vezes por um dos primitivos escritores cristãos, Inácio, que fala dos que são “realmente cristãos e não de nome somente”, e de “Cristãos em Éfeso”, tendo também empregado a palavra “Cristianismo”. Nos círculos da Igreja gradualmente entrou em uso a expressão “o fiel”, que foi empregada largamente pelos escolásticos e nos documentos papais. Ela remonta a expressões apostólicas, como: “os fiéis em Cristo Jesus” – Efe. 1:1 – e vem da palavra grega designativa de “fé”. Depois do quarto século, a palavra foi também usada para distinguir os catecúmenos dos membros da Igreja em plena comunhão, sendo o serviço religioso celebrado para os membros comungantes da Igreja tratado pelo nome de “missa dos fiéis”.

Durante a Idade Média, veio a ser costume entre os povos da Europa, usarem os nomes “Romano” e “Romanista” como sinônimos de Cristão. Um “cristão” e um “romano” eram a mesma pessoa. Por outro lado, os termos eram empregados para indicar os eclesiásticos italianos nomeados pelo papa para as paróquias inglesas. Quando Mateus Paris, escrevendo cerca de 1250, chamava a Grosseteste, bispo de Lincoln, “o espoliador o desprezador dos romanos”, tinha em mente os prelados italianos a devorarem as rendas dos cargos eclesiásticos ingleses. No Concílio de Trento as palavras “cristão” e “católico” foram usadas indiferentemente, o que também se fez na bula em que Paulo III convocou o Concílio. O Concílio utilizou alternativamente as duas palavras para qualificar a verdade, o povo, a religião, a comunidade, as nações, os reis e os príncipes, a fé e a igreja. Chamou à Igreja Romana – *ecclesia romana* – a Santa Igreja Romana, a Santa igreja e a Igreja Católica. A expressão Igreja Romana têm-na os papas constantemente empregado.

Já em 1519 os aderentes do velho sistema eram tratados pelos Reformadores como Católicos Romanos, Romanistas ou Papistas. Na Confissão Escocesa a Igreja Romana é chamada “Igreja Papística”. Os XXXIX Artigos falam de “doutrinas romanas” e a Confissão de Westminster alude a “cerimônias papistas” e “doutrinas papistas”. Quanto aos Protestantes, os nomes primitivos com que Lutero e seus seguidores foram rotulados pelos oponentes eram os de heréticos, hussitas e boêmios (sinônimo de hussitas). Uma carta inglesa de 1520 dizia que “ultimamente há heréticos que aceitam as opiniões de Lutero”. Esses nomes prontamente cederam lugar às expressões Luteranos e Zwinglianos e, mais tarde, Calvinistas. Alexandre, legado papal na corte de Carlos V, fala de “velhacos luteranos” e trata seus líderes de “arquiluteranos”. Um ano mais tarde, o arcebispo de Mogúncia, escrevendo a Leão X, fala da “multidão de luteranos”. O papa Adriano VI, 1521-1523, seguindo o modo de dizer que se tornara vulgar, condenava os “luteranos” por assacarem graves insultos a Deus e a sua santa religião.” Agora é a mesma coisa tratá-los de luteranos ou tratá-los de heréticos” – Escreve Sir Thomas More em seu *Diálogo sobre as imagens* – “sendo equivalentes as duas maneiras de tratar. De todos os heréticos que jamais surgiram na Igreja de Cristo, os piores e mais bestiais são os luteranos”. No convite enviado aos protestantes para assistirem ao concílio de Trento, aqueles eram chamados “aderentes da Confissão de Augsburg” e assim foram eles também chamados um século depois, no tratado de Westphalia. Entre os protestantes, a primeira designação favorita era a de

evangélicos, designação corrente na Itália a partir de 1525. Erasmo dela usou e Bullinger, em sua comparação entre as doutrinas velhas e novas, definiu os evangélicos como sendo os que seguiam o puro Evangelho – *evangelium*. Em relação às igrejas que seguiram o tipo luterano de Reforma, o nome “Luterano” tornou-se fixo, a despeito do protesto de Lutero. O título de igreja Reformada tornou-se usual em relação aos seguidores de Calvino e Zwinglio em França, Holanda e outros países. A Assembléia de Westminster foi convocada para acomodar as concepções inglesas de doutrina e prática ao modelo das “melhores igrejas reformadas do estrangeiro”. A palavra “protestante” deriva-se do “protesto” levantado pela minoria evangélica da Dieta de Spira, 1529, contra a ação da maioria católica. Nove anos antes, em 1520, Lutero havia usado a palavra “protesto” como título de um documento em que ele invocava a proteção do imperador contra as falsas acusações que lhe eram feitas, assim como a seus companheiros. O pronunciamento da Dieta virtualmente condenou todas as inovações religiosas que se tinham introduzido na Alemanha e excluiu os zwinglianos da tolerância.. Tal atitude foi encarada pelos membros protestantes da Dieta – João da Saxônia, o Duque de Brandeburgo e outros príncipes, juntamente com os delegados de 14 cidades imperiais, como rompimento da paz celebrada na reunião precedente, efetuada em Spira, no ano de 1526. Aquela assembléia havia concedido a ambos os partidos o direito de sustentarem os ensinamentos religiosos de que pudessem prestar contas a Deus e ao imperador. O que passasse disso seria encarado como violação dos direitos da consciência e da autoridade das Escrituras. O documento assinado pela minoria dizia: “Nós protestamos e sustentamos ser vossa resolução nula e inoperante, e desejamos, em matéria de religião, de tal modo viver e servir a nossos governos, que possamos estar prontos a responder diante de Deus e de sua majestade imperial. Por amor de nossas consciências, somos constrangidos, antes de todas as coisas, a dar atenção a Deus nosso Senhor, e, em assuntos que pertençam à honra de Deus, à salvação de nossas almas e à vida eterna, cada um deve permanecer firme e dar contas de si mesmo”. O nome “protestante” está exposto à objeção de que parece implicar num sistema de negações e tem fornecido aos católicos romanos motivo aparentemente razoável de acusação. Bem compreendido, o nome, pela sua origem histórica, habilita o Protestantismo a exibi-lo com honra. O Protestantismo não protesta contra o Cristianismo, mas contra as corrupções introduzidas na Igreja Cristã do século XVI.

Os documentos papais e dos controversistas, tais como o cardeal Belarmino, usualmente tratam os aderentes do “novo caminho” como Luteranos ou Calvinistas, assim realçando a alegada origem humana e abominável do Protestantismo. O termo “protestante” foi usado pelo concílio de Trento, pelo menos uma vez em suas decisões oficiais. Nos tempos recentes Pio IX condenou o protestantismo, não o considerando como “forma de religião cristã”. Um de seus sucessores, Leão XIII, apontou os protestantes como inimigos do nome cristão.¹

Neste volume, os termos Romanista e Católico Romano serão usados indiferentemente e palavras tais como Papismo e Papista – usadas pelos antigos escritores protestantes – não terão lugar, por serem sujeitas a interpretações de sentido ofensivo. Os Protestantes e os Romanistas são partes da Igreja Cristã.

§ 4. Tentativas de reconciliação dos dois sistemas. – Desde o princípio, nenhum esforço foi feito da parte de Roma para, através do caminho da discussão e da persuasão, chegar a deter a revolta de Lutero. Arrogando-se da qualidade de cabeça da Cristandade, o papa não quis discutir: somente ordenou. A paz religiosa só era possível pela

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

submissão da parte dissidente. Os protestantes nunca enfrentaram os católicos romanos num Concílio geral, como se dera com os gregos. As instâncias de Carlos V, bom católico romano, foram feitas tentativas de reconciliação dos dois partidos, pelo método de consultas, sem a participação ativa do papa. Essas tentativas, levadas a efeito, enquanto todos os reformadores, exceto Zwinglio, eram ainda vivos, tiveram sua expressão nos três chamados “Colóquios”, realizados no período entre 1540 e 1542, em Worms e em Regensburg. Carlos estava interessado na unidade da Igreja e ainda mais o estava na unidade de seu império. Nessas disputas, Calvino, Melancton e outros Reformadores representaram o Protestantismo, enquanto que João Eck, Cochlaeus, os cardeais Campeggio e Morone e outros representaram o lado Romano. Lutero se recusou a assistir, atendendo a que, fazê-lo seria perda de tempo e de energias. O convite enviado aos líderes protestantes para assistirem ao Concílio de Trento foi categoricamente recusado, como o fez Lutero, ou rejeitado pelos outros, após saberem que lhes não seria dado o direito de voto.

Em anos posteriores foram feitos ensaios em favor da reconciliação, por homens eminentes como o cardeal Richelieu, Grotius, Bossuet e Leibnitz, mas não resultaram em mais estreita aproximação das duas comunhões. Em 1868, as comunidades protestantes foram notificadas da reunião, que se aproximava, do Concílio do Vaticano, sendo convidados por Pio IX a entrarem no aprisco romano. Em muitos documentos saídos do Vaticano, Leão XIII deu ênfase à doutrina da unidade da Igreja, em sua significação de Igreja Romana, e estabeleceu como único método de reconciliação e cooperação cristã a completa submissão ao pontífice romano. Os protestantes jamais concordaram em ser tratados como sectários postos à margem da verdadeira Igreja. Professando submissão a Cristo, eles, como todos os demais cristãos, possuem legítimo direito aos benefícios do Evangelho. Instruindo-se, com inteligente compreensão, nas Santas Escrituras, sustentam que estão de posse das verdades que a Igreja Romana ou explicitamente nega, ou substitui pelo erro.

Bibliografia e Notas

1- Em sua encíclica sobre Canisius, 1897, Leão XIII, depois de caracterizar a “rebelião luterana” como “uma ruína da moral... e um mau veneno espalhado por quase todas as terras”, fala daqueles a quem Canisius combateu, isto é, dos protestantes, como “inimigos do nome cristão” – *Christiani nominis hostes*. Em sua encíclica sobre as Missões na Índia, o mesmo papa alude à resistência dos católicos romanos à “empresa dos heréticos que, usurpando o nome de Cristo”, prosseguiam na sua obra. Em sua encíclica Barromeo, Pio X tratou os primeiros líderes do protestantismo como “inimigos da cruz de Cristo”, como havia feito Nicolau V, em 8 de janeiro de 1454, em relação aos Sarracenos.